

# **Quilombo carcerário: afeto e resistência de familiares de mulheres negras encarceradas**

## **Prison quilombo: affection and resistance of family members of incarcerated Black women**

Ana Luiza de Freitas Biazeto \*



Imperatriz (MA), v. 7, e-0725744, jan./dez. 2025.  
ISSN 2675-0805

Recebido em: 08 de abril de 2025

Aprovado em: 27 de setembro de 2025

### **Resumo**

Este artigo analisa as estratégias de resistência e as conexões afetivas de familiares de mulheres presas na maior penitenciária feminina da América Latina, a Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS), em São Paulo. Com base em narrativas e observações realizadas em julho de 2023, destaca-se o cotidiano de famílias negras que, através das visitas semanais, enfrentam o abandono imposto pelo Estado e resistem às práticas de controle e desumanização. Neste trabalho, proponho o termo “quilombo carcerário” como uma ideia inicial para compreender a forma atual de organização social e resistência negra, liderada por essas famílias. Retomo aqui a noção de quilombo como elaborada por Beatriz Nascimento, não apenas refúgios geográficos, mas espaços de sociabilidade negra que ressignificavam a luta pela vida, pela liberdade e pela autonomia. A partir de reflexões desta autora, de Sueli Carneiro e bell hooks, o texto aborda como essas práticas de cuidado e afeto, especialmente conduzidas por mães, tornam-se formas de luta contra a aniquilação de sociabilidades negras. Também discute como esses familiares, ao levar alimentos e preparar refeições para as mulheres presas durante os dias de visita, alimentam não apenas seus corpos, mas também os sonhos de liberdade e de futuridades negras, e desafiam a lógica genocida do sistema prisional brasileiro. Por fim, argumenta-se que essas visitas constituem estratégias políticas de subversão e resistência que reafirmam a dignidade e a continuidade da vida negra.

**Palavras-chave:** Quilombo carcerário. Família negra. Mulher negra presa. Resistência negra. Afeto

---

\* Graduada em Jornalismo pela Universidade São Judas Tadeu (2004) e mestra em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Doutoranda da Universidade do Texas em Austin. E-mail: biazeto@utexas.edu ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8535-5777>

## Abstract

This article analyzes the resistance strategies and emotional connections of family members of women prisoners in the largest women's penitentiary in Latin America, the Sant'Ana Women's Penitentiary (PFS) in São Paulo. Based on narratives and observations made in July 2023, it highlights the daily lives of black families who, through weekly visits, face the abandonment imposed by the state and resist the practices of control and dehumanization. In this work, I propose the term “prison quilombo” as an initial idea to understand the current form of social organization and black resistance led by these families. Based on reflections by Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, and bell hooks, the text discusses how these practices of care and affection, especially led by mothers, become forms of struggle against the annihilation of black sociabilities. It also discusses how these family members, by nurturing both women prisoners and dreams of freedom and black futures, challenge the genocidal logic of the Brazilian prison system. Finally, it argues that these visits constitute political strategies of subversion and resistance that reaffirm the dignity and continuity of black life.

**Keywords:** Prison quilombo. Black family. Imprisoned black woman. Black resistance. Affection.

## Introdução

Nos apertávamos na Barraca da Adriana, enquanto outros se encolhiam na Barraca da Loira, ambos espaços de guarda-volumes localizados do lado de fora da Penitenciária Feminina Sant'Ana (PFS), no Carandiru, na Zona Norte de São Paulo. A lona azul sobre nossas cabeças demonstrava sua serventia. Enquanto dançávamos ao ritmo da chuva de vento para não nos molharmos naquele dia frio de São Paulo, Seu Antônio me dizia que ainda não era o momento de ser apresentada ao seu neto. Há duas semanas, esperava conhecer o bebê de 6 meses que o avô havia buscado na penitenciária e levado para cuidar em casa. Seu Antônio é pai de uma das milhares de mulheres presas na maior prisão feminina da América Latina. A filha foi presa grávida, ficou o período permitido dentro da prisão com o bebê, mas despediu-se do menino semanas antes daquele dia de chuva em que Seu Antônio, eu e diversos familiares de mulheres encarceradas tentávamos não nos molhar sob as barracas. A história da filha de Seu Antônio reflete a realidade de tantas outras mulheres presas, cujas famílias são castigadas pelo descaso e pela desassistência estatal.

Dados sobre o sistema prisional brasileiro evidenciam que o número de mulheres brasileiras encarceradas que recebe visita é irrisório. Em São Paulo, por exemplo, no primeiro semestre de 2024, apenas 5,01% das pessoas que receberam visitas eram mulheres, enquanto 94,99% dos visitados eram homens (Senappen, 2024). O abandono familiar no aprisionamento feminino é explícito. Sem desconsiderar quaisquer dados, quero nesta reflexão ir além da narrativa unilateral do rompimento de laços e vínculos entre essas mulheres e seus familiares. Pretendo expor, portanto, encontros e afetos, ocorridos nos dias de

visita na PFS, em que dezenas de famílias vão ao encontro de quem se encontra encarcerada. Esse é um movimento contrário às práticas seculares do autoritarismo estatal, da arbitrariedade policial, da humilhação permanente e do desrespeito brutal dirigido às famílias negras (Nascimento, 2002).

Mulheres negras<sup>1</sup> são a maioria da população carcerária feminina no Brasil, um dos países que mais prende mulheres no mundo (Carneiro, 2022). É fundamental elucidar que mulheres negras no Brasil correspondem a cerca de 28% da população (Informe MIR, 2023). Entretanto, ao analisarmos os números da população encarcerada no Brasil, mais de 60% dessa população são compostos por mulheres negras (Senappen, 2024). Pouco se sabe, no entanto, sobre as famílias dessas mulheres, que ficam à margem, do lado de fora das grades.

Este trabalho visa, então, trazer à tona o cotidiano dos dias de visita dos familiares das mulheres presas no maior presídio feminino da América Latina, a PFS, em São Paulo. Esta é uma prova de estratégias de conexões, afetos e encontros negros num espaço inóspito como o sistema prisional brasileiro, através de uma luta silenciosa e inacabada de famílias negras para reafirmar sua humanidade. A partir da oportunidade oferecida pelo *Archiving Black América– Black Diaspora Archive Acquisitions Grant*<sup>2</sup>, da Universidade do Texas em Austin, trago narrativas e observações colhidas em frente a essa penitenciária, em julho de 2023 (Biazeto, 2023). Além disso, utilizo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para coletar informações sobre raça ou cor. Adotei o método de autodeclaração, através do qual os entrevistados puderam se identificar como brancos, pretos, pardos, amarelos (ou asiáticos) ou indígenas. Os nomes dos interlocutores aqui presentes, em função da confidencialidade, variam entre fictícios e reais.

Argumento que compreender os dias de visita na maior penitenciária feminina da América Latina reitera a realidade do sistema prisional como um espaço de controle e da aniquilação de famílias e sociabilidades negras (Smith; Leu, 2023; Ozório; Pessoa, 2023). Chamo de quilombo carcerário a reunião de familiares na porta do presídio (Nascimento, 2021; Nascimento, 2002), pensando o compromisso das visitas com as mulheres presas como resistência negra (Carneiro, 2023), pois compreendo os alimentos preparados pelas famílias como uma persistência ao direito de amar (hooks, 2010). Nesse contexto, entendo que manter conexões e afetos são estratégias utilizadas por familiares para humanizar

---

<sup>1</sup> A categoria “mulheres negras” com a qual trabalho se fundamenta no sujeito político, portador de uma agenda, resultado de uma identidade constituída historicamente no Brasil, na qual se articulam os marcadores de gênero, raça e classe (Carneiro, 2003).

<sup>2</sup> O Archiving Black América–Black Diaspora Archive Acquisitions Grant (2023), concedido pelo LLILAS Benson da Universidade do Texas em Austin, ofereceu apoio financeiro suplementar a integrantes das comunidades da UT Austin e da Huston-Tillotson University envolvidos em pesquisa ou trabalho comunitário voltado ao desenvolvimento de acervos que documentem a vida negra nas Américas. O LLILAS Benson é uma parceria entre o Instituto Teresa Lozano Long de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) e a Biblioteca Nettie Lee Benson da UT Austin, dedicada à pesquisa interdisciplinar, à preservação documental e ao acesso público a materiais relacionados à América Latina e ao Caribe.

suas mulheres negras que se encontram presas. Busco superar a narrativa da ausência de visita para mulheres presas e reforço a presença de avós, mães, pais, filhos e companheiras, entre outros familiares, nos dias de visita, como meios de luta contra as interdições pelas quais atravessam a população negra no Brasil.

### As barracas de guarda-volumes

Cerca de 400 familiares de mulheres presas transitam aos finais de semana na frente da Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS), maior complexo penitenciário feminino da América Latina. No canteiro central da Av. General Ataliba Leonel, duas barracas que oferecem produtos e serviços são montadas em frente à prisão com o objetivo de atender a esses visitantes. A Barraca da Loira, fundada há cerca de 40 anos, e a Barraca da Adriana, surgida em 2008, reúnem uma população negra que semanalmente se encontra com um propósito comum: visitar uma mulher presa na PFS. É entre as duas barracas<sup>3</sup> que Rose, guia da fila, trabalha para organizar a entrada dessas pessoas na penitenciária. Esse é um cargo informal, que contribui para toda a logística do dia de visita. Entre as funções exercidas, ela organiza a lista de chegada, distribui senhas, orienta novos visitantes e organiza festas para as mulheres presas.

Desde às 5h30, enquanto esperam a abertura dos portões, familiares socializam, conversam, tomam café, ouvem música, lamentam suas vidas, cuidam de suas crianças. Algumas delas, menores, tomam mamadeira, são carregadas no colo ou em carrinho de bebê. Outras crianças correm de um lado para o outro, brincam entre si, desenham, comem bolachas, dão risada ou choram quando contrariadas. Essa organização espontânea entre os familiares cria uma dinâmica que ecoa formas históricas de resistência negra, sugerindo novos sentidos para o espaço carcerário.

Em julho, o frio de São Paulo quase não cessa, mas o compromisso semanal que os familiares firmam em levar às mulheres que estão presas os seus filhos é mantido. Naquele cenário de inverno, adultos, idosos e crianças vestem chinelo, alguns com meia, outros sem. Esse é o único calçado permitido pela penitenciária no dia de visita. Mesmo que o tempo avance no relógio da Av. General Ataliba Leonel, 8h, a hora da abertura dos portões, demora a chegar. O relógio dita a ordem da fila, que começa a ser organizada no dia anterior. O primeiro da fila do dia de visitas é quem chega um dia antes e cola um adesivo, uma fita crepe ou uma fita isolante no relógio de rua localizado em frente à penitenciária. O próximo passo é tirar uma *selfie* com o adesivo no relógio, marcando o horário de chegada, e enviar essa foto para o grupo de *WhatsApp* dos visitantes, supervisionado pela guia da fila. A partir da segunda visita, a *selfie* com horário determina a ordem de entrada. Quem não tira a foto tem seu nome colocado numa lista por ordem de chegada.

---

<sup>3</sup> As barracas são estruturas montadas aos finais de semana em frente à Penitenciária Feminina de Sant'Anna (PFS), em São Paulo. Elas oferecem serviços como guarda-volumes, aluguel de roupas e chinelos (exigidos para entrada), venda de alimentos, café e refrigerantes.

A Igreja Universal<sup>4</sup> ronda a frente da penitenciária. Quando aparecem, montam uma mesa com café da manhã, os pregadores chamam os familiares para uma oração. Certo dia, pediram o nome da pessoa que eu iria visitar. Alguém respondeu: “Ela é pesquisadora, não tem ninguém presa”, o que não foi suficiente para me dispensarem da oração. Participei “com um olho aberto e o outro fechado”, como dizia minha avó, tentando olhar para os rostos dos participantes e de quem conduzia a reza. Bom mesmo era o lanchinho que levavam. Não há dúvidas: o neopentecostalismo é um braço disfarçado do Estado carcerário e está ali, embaixo dos nossos olhos, usando os trajes da salvação e da caridade.

### De barracas de guarda-volumes a quilombo carcerário

É nítido como essas barracas surgem como alternativas de emprego ou uma saída para o desemprego. São ocupações e comércios informais que sustentam famílias inteiras. Para além disso, convoco Beatriz Nascimento para refletir sobre o significado de quilombo e suas formas atuais de resistência negra que acontecem ao redor desses dois espaços montados em frente à PFS, a *Barraca da Loira* e a *Barraca da Adriana*.

Enquanto crianças correm de um lado para o outro, brincam entre si, desenham, comem bolachas, dão risada, choram e reclamam quando contrariadas, os adultos compartilham histórias e se protegem uns aos outros da chuva. No meio de relatos sobre os processos de suas mulheres e às dificuldades socioeconômicas enfrentadas, crianças continuam crianças. Futuridades e crianças negras se misturam. O quilombo está presente na atitude dessas pessoas negras “para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal” (Nascimento, 2021, p.118).

O quilombo, segundo Beatriz Nascimento, observado em frente à PFS, apresenta-se como assentamento social e organização que cria uma ordem interna e estrutural. Absolutamente à margem, marcadas pelo isolamento da sociedade, famílias negras de mulheres presas na PFS mantêm padrões comunitários de organização social, que perpetuam características dos quilombos anteriores à abolição. É nesse contexto que proponho o conceito de *quilombo carcerário: uma forma atual de organização social e resistência negra, liderada por famílias negras que enfrentam a desumanização pela qual passam as mulheres encarceradas e seus familiares, que reafirmam suas existências e a dignidade negra em espaços de controle e punição*.

No primeiro momento do trabalho de campo, entre junho e julho de 2023, o convívio nas barracas não era um eixo de observação planejado. No entanto, ao longo da pesquisa, emergiram indícios de que a organização desses familiares

<sup>4</sup> A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD ou Universal, como mencionam os familiares) e a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP) assinaram um acordo de cooperação em fevereiro de 2023. Por 5 anos, a IURD levará cursos de capacitação e qualificação profissional a pessoas presas (Borges, 2023). Fundada no Brasil em 1977, a IURD é um dos maiores grupos neopentecostais brasileiros, há anos sendo acusada e investigada de atividades ilegais, incluindo lavagem de dinheiro e charlatanismo.



apresenta características estruturais semelhantes às dos quilombos históricos, evidenciando uma ordem interna, padrões comunitários de organização social e mecanismos de proteção mútua. Nesse contexto, pequenos gestos adquirem relevância. O rádio ligado por Seu Hernandez às 5h30 de um dia de inverno, com o som do forró ecoando, é um dispositivo que energiza os presentes.

Além disso, o quilombo carcerário também se manifesta na transmissão de conhecimento entre os visitantes mais antigos da penitenciária e aqueles que chegam ao sistema prisional pela primeira vez. Familiares de mulheres que perderam recentemente o *status* de réu primário são orientados por pessoas mais experientes quanto às burocracias das visitas, às regras arbitrárias impostas pelos agentes penitenciários em cada plantão e às demais normas que atravessam o universo do encarceramento. Essa troca de saberes e estratégias de sobrevivência reforça o caráter comunitário desse espaço e a necessidade de compreendê-lo para além das noções convencionais de resistência.

O quilombo carcerário, formado por familiares de mulheres presas na Penitenciária Feminina Santa'Anna, é parte da continuidade de lutas negras começadas desde o sequestro de africanos que foram escravizados, levados ao Brasil há cerca de quatro séculos. Nesse contexto, estar nas barracas vai além da casualidade de estar na frente de uma penitenciária para dias de visita a mulheres vítimas do Estado brasileiro (Costa; Felipe, 2023), outrossim resgata os significados de pertencimento e acolhimento que o quilombo constitui.

Dando continuidade à formulação do quilombo carcerário como uma forma atual de organização social e resistência negra no contexto prisional, proponho aqui um aprofundamento da ideia a partir das reuniões semanais conduzidas pelas famílias de mulheres presas. Inspirada pela definição de Sueli Carneiro sobre o campo de poder da resistência negra, entendo essas práticas como instâncias em que “são produzidas resistências” (Carneiro, 2023, p. 58).

As famílias negras defendem sua sobrevivência e tentam assegurar as suas existências, esforçam-se para se manterem dignas e organizadas do lado de fora da penitenciária, em vigília todos os finais de semana. Abdias do Nascimento, quando teoriza sobre quilombismo, trata dessas formas de organização que desempenhavam um papel relevante na sustentação da comunidade africana no período de escravidão, mas que estão tão vivas hoje quanto no passado, “pois a situação das camadas negras continua a mesma, com pequenas alterações de superfície” (Nascimento, 2002, p. 341).

### **Não abandono é resistência negra e busca pelo direito de amar**

Raquel, 55 anos, autodeclarada parda, moradora de Itaquaquetuba [Região Metropolitana de São Paulo], tem nove filhos, sendo Talia, de 31 anos, uma delas. Talia foi sentenciada a uma pena de 13 anos, 4 meses e 11 dias. Esta mulher, que hoje está presa na Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS), tem seis filhos. Três crianças estão com a avó materna e as outras três com a avó paterna. As idades deles são 14, 12, 10, 8, 6 e 1 ano. Durante as visitas, Raquel compartilhou, em determinado momento:

Venho visitar há três meses. É difícil, mas não posso abandonar. Cadeia de mulher é abandonada. Ela é uma filha boa. Sinto falta dela. Ela sempre foi minha companheira. Todos os meus filhos são carinhosos, mas ela é especial. Não consigo ficar sem ela (Raquel, 9 de julho de 2023).

Ana Maria, autodeclarada parda, tem 55 anos e trabalha como empregada doméstica. É moradora de Campinas, interior de São Paulo, a cerca de 90 quilômetros da cidade de São Paulo, mãe de Vânia, presa na Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS). Numa rotina que já dura 6 anos, essa mãe afirma que visitar a filha “não é um lazer”. “Eu tenho que vir, não vou abandonar, mas não é agradável” (23 de julho de 2023), desabafa ela, acompanhada de uma das netas, com 14 anos.

Antônia é mãe de Tatiane, de 26 anos, presa na Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS). Moradora de Itaquera, Zona Leste de São Paulo, Antônia tem 64 anos e se autodeclara parda. Natural da Bahia, chegou a São Paulo aos 27 anos, teve diversas experiências profissionais, por exemplo, em cozinhas, empresas e como cobradora de ônibus. Contudo, o que mais a preocupa é a batalha contra o vício em crack que acometeu sua filha. Tatiane foi presa em dezembro de 2022, no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Franco da Rocha<sup>5</sup>, e transferida para a PFS em maio de 2023. Apesar de lamentar o trânsito da filha no universo do crime, Antônia persiste nas visitas. Segundo ela: “Agora que estou aqui, não posso deixar ela, que é bem grudada em mim. Quando eu estou indo embora, ela diz, ‘mãe, não me abandona, não’.” (23 de julho de 2023).

Esses três testemunhos demonstram que não abandonar a filha presa é mais uma das tantas formas historicamente encontradas de resistência de mulher negra. Neste caso, os vínculos afetivos desafiam o abandono promovido pelo Estado. Mesmo sob sofrimento e escassez, essas mulheres seguem garantindo o cuidado e a presença como formas de afirmar a vida (Carneiro, 2023). Se cada uma dessas mulheres – mães e filhas – permanecer viva,

[...] enfrentará os desafios de manutenção da sua saúde física, de preservação de sua capacidade cognitiva, para que compreenda e desenvolva a crítica aos processos de exclusão racial a que está submetido[a] e encontre os caminhos de emancipação individual e coletivos. Poucos são capazes de completar a totalidade desse percurso ou de percorrer esta difícil trajetória: sobreviver fisicamente, libertar a razão sequestrada, estabelecer ruptura com a condição de refém dos discursos de dominação racial. A condição de marginalização social e de ignorância a que a maioria está submetida tende a mantê-la na esfera de luta pela reprodução básica da vida e na atenção às necessidades primárias, em que a segurança alimentar é um desafio cotidiano (Carneiro, 2023, p. 139).

---

O Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha é uma unidade prisional destinada a manter mulheres presas de forma temporária, enquanto aguardam julgamento ou transferência dentro do sistema penitenciário. Trata-se de um espaço de caráter provisório, voltado a pessoas que ainda não receberam condenação definitiva, mas estão sob responsabilidade do Estado. Localizada no município de Franco da Rocha, na Região Metropolitana de São Paulo, a unidade opera em regime fechado. Segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP-SP), em 30 de julho de 2025, havia 284 mulheres no CDP de Franco da Rocha.

A segurança alimentar mencionada por Carneiro (2023) levanta outra questão relacionada aos dias de visitas: a alimentação levada pelos familiares aos sábados e domingos para as mulheres encarceradas. Nota-se, através das narrativas colhidas nas barracas de guarda-volumes, que o processo de alimentação das mulheres presas representa um processo de descarte social, ideia fundada em uma suposta inaptidão delas. Na lógica da sociedade disciplinar, a figura da pessoa negra é marcada por uma suposta condição de incorrigibilidade — como se fosse naturalmente inclinada ao erro, à desobediência e, portanto, ao descarte. As reclamações dos visitantes incluem a má qualidade da comida fornecida pela PFS, a dificuldade financeira para preparar refeições adequadas nos dias de visita e as constantes arbitrariedades dos agentes penitenciários na revista dos alimentos e na definição do que pode ou não ser levado para dentro da prisão. Observo que essas restrições e interdições alimentares não se limitam a questões sanitárias ou burocráticas: elas operam como formas de controle e punição que incidem diretamente sobre as mulheres presas e suas famílias, sobretudo sobre as mulheres negras que se mobilizam para garantir o cuidado alimentar de suas filhas e familiares (Carneiro, 2023).

Por meio das contribuições de bell hooks (2010), podemos avistar que a resistência coletiva que se instala nos familiares de mulheres visa atender tanto necessidades emocionais quanto materiais daquelas que se encontram encarceradas. Ao mesmo tempo que mães não deixam de visitar suas filhas, o que pode ser compreendido como suprir demandas emocionais, elas também se preocupam com o alimento levado no dia de visita, o *jumbo*<sup>6</sup> e as demandas materiais.

Débora, 58 anos, autodeclarada parda, tem sete filhos. Amanda, 22 anos, é uma das encarceradas. Segundo Débora: “Ela está presa há 2 anos. Já visitei ela em Diadema [unidade prisional não identificada], Franco da Rocha, Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e agora aqui” (1º de julho). Financeiramente, segundo ela, é complexo o processo de visita, pois além de levar os alimentos para a filha, também se preocupa com outras mulheres que não recebem visita.

Ela [Amanda] divide as comidas que eu trago. Digo que tenho duas filhas estrangeiras lá dentro. Recebi “Feliz Aniversário” em espanhol e em francês [o aniversário de Débora aconteceu na semana anterior à entrevista]. Dos três refrigerantes, dou um para as estrangeiras e dois ficam para minha filha e a companheira de cela, que também não tem visita (Débora, 1º de julho de 2023).

---

<sup>6</sup> Jumbo: kit que a família pode levar à pessoa presa, contendo diferentes itens: alimentos, roupas e calçados, produtos de limpeza e higiene, vestuário, papelaria, entre outros, como esmalte de unha, batom, brinco pequeno (sem pingente e sem argola), secador de cabelo, absorvente etc. No caso da ala materno-infantil, são permitidos, por exemplo, enxoval (itens devem ser sem bolsos, metais, aplicações, rendas, laços, fitas, babados, crochê ou quaisquer materiais e objetos removíveis), produtos de higiene infantil, mamadeiras de diferentes tamanhos, bebê conforto, fórmula de leite em pó infantil, entre outros.



Antônia é mãe de Tatiane, de 26 anos. Tatiane está presa na Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS). Antônia é moradora de Itaquera, Zona Leste de São Paulo, tem 64 anos e autodeclara-se parda. Natural da Bahia, chegou a São Paulo aos 27 anos. Como as faxinas que realiza toda terça-feira, ela se esforça para levar alimentos e itens essenciais para a filha. “Na visita, trago macarrão, arroz, salada, mistura. Corro atrás de promoção de comida para poder comprar. Trago o jumbo toda semana, ninguém me apoia com isso.” (Antônia, 23 de julho de 2023).

Tatiane compartilha a comida que a mãe leva para ela com as companheiras que não têm visita. Segundo Antônia: “Às vezes, elas comem uma colherada de cada coisa que eu levo só para poderem experimentar minha comida. Não sobra nada pra minha filha no dia seguinte, mas ela fica feliz de dividir com as amigas, que adoram minha comida.” (23 de julho de 2023).

Apesar de a opressão e a exploração distorcerem e impedirem a capacidade de amar das pessoas negras, como ensina bell hooks (2010), o que essas mães fazem é expressar amor através da união, do sentimento e da ação. É indiscutível a ferida emocional que carregam enquanto mulheres negras e mães, assim como suas lutas para que isso não suprima suas capacidades de sentir e de amar. Essa vontade, explícita nos relatos, de cuidar não só da filha, mas de outras mulheres que não têm visita, é também um ato de resistência negra, uma ferramenta ancestral de luta, sobrevivência e libertação geracional (Ribeiro, 2023).

Majoritariamente exercido por mulheres, o trabalho de cuidado não pode ser romantizado. Segundo Thamires da Silva Ribeiro (2023), ele desempenha um papel central na sustentação das dinâmicas de privilégio racial no Brasil e é tratado como um problema privado, restrito às famílias:

Não há o reconhecimento do cuidado como direito, mas sim uma desoneração do Estado em sua função de provisão e regulação, com predominância na atuação, familiarização e mercantilização do cuidado. Esta encruzilhada do cuidado resulta na ocultação dos custos do trabalho de cuidado e doméstico de remuneração desviada, normalização da sobrecarga por meio da romantização do imaginário de mulher guerreira (Ribeiro, 2023, p. 326).

Por meio dos depoimentos das mães de mulheres encarceradas, podemos perceber que, além do afeto, há exaustão e privação. A menção recorrente à dificuldade financeira para manter as visitas, à necessidade de garantir alimentação para as filhas e para outras mulheres que se encontram presas, assim como à luta para enfrentar as barreiras impostas pelo sistema prisional, revela que esse cuidado não é realizado por heroínas ou por pessoas inabaláveis. Ele é, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência em um contexto que naturaliza a vulnerabilidade dessas mulheres e desresponsabiliza o Estado de qualquer compromisso com a dignidade delas e de suas filhas.

Como observa Ribeiro (2023), a figura da "mulher guerreira" tem sido usada para encobrir a sobrecarga imposta às mulheres negras, especialmente no contexto do encarceramento. A resiliência dessas mães, ao invés de ser exaltada, deveria ser compreendida como consequência de uma estrutura social que

transfere para elas responsabilidades que deveriam ser coletivas e institucionais. A presença dessas mulheres nas penitenciárias, nas filas de visita e no preparo das refeições reflete o abandono do Estado ao mesmo tempo em que reforça uma lógica que perpetua a desigualdade racial e de gênero.

Apesar do esforço empreendido por essas mães, aos olhos de uma sociedade genocida (Costa; Felipe, 2023; Flauzina; Vargas, 2017; Nascimento, 2016, 2002; Smith, 2016; Vargas, 2004), que pouco se importa com a existência de mulheres negras encarceradas, elas não são guerreiras, não são nada ou são apenas aquelas que insistem em manter vivas aquelas que poderiam estar mortas. As mães negras são “inimigas do Estado” ao desafiam sua ideologia da antinegritude, ao proliferarem e preservarem a vida negra (Smith, 2016). As mães que visitam suas filhas, as alimentam e as nutrem de presença na contramão das estatísticas.

Os depoimentos dessas mães evidenciam os desafios que familiares encontram durante o encarceramento de suas filhas, revelando os percalços, as rupturas e a dor da separação. Estas narrativas são provas das estratégias de conexões, afetos e encontros negros num cenário desfavorável como o sistema prisional brasileiro. Através destes relatos, como uma sobreposição à narrativa da ausência de visita para mulheres presas, busco preservar e evidenciar a ideia da presença familiar nesses dias. Os relatos vêm a público e expressam parte da luta constante, em curso, de famílias negras para reafirmar sua humanidade.

### Considerações finais

Os dias de visita, na maior penitenciária feminina da América Latina, reiteram a realidade do sistema prisional enquanto um espaço de controle e da aniquilação de famílias e sociabilidades negras. Contudo, são nesses mesmos dias que “quilombos carcerários” se formam: familiares transformam o esperado abandono em presença, resistência, conexões e afetos que humanizam as mulheres negras encarceradas. A noção de quilombo carcerário apresentada neste trabalho, ainda em construção, aponta para a importância de se compreender as dinâmicas de resistência negra no sistema prisional como parte de uma continuidade histórica.

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que essas formas de organização entre familiares de mulheres presas carregam características dos quilombos históricos, tanto em sua estrutura comunitária quanto na sua função política e social. Como Beatriz Nascimento (2021) analisa, os quilombos não eram apenas refúgios geográficos, mas espaços de sociabilidade negra que ressignificavam a luta pela vida, pela liberdade e pela autonomia. Da mesma forma, as barracas de guarda-volumes e os encontros semanais na porta da PFS não se limitam a um simples espaço de passagem: ali se estabelecem vínculos, transmitem-se conhecimentos, compartilham-se estratégias e, principalmente, reafirma-se o direito de existir.

O quilombo carcerário, portanto, não se define apenas pela presença física dos familiares, mas pelo que essa presença representa: um ato de resistência contra o apagamento da mulher negra encarcerada. Em um país que historicamente marginaliza corpos negros, a manutenção desses laços dentro e

fora das grades contraria o discurso dominante que associa a mulher presa ao abandono e à irrelevância social. O fato de mães, avós, pais e filhos se organizarem para enfrentar as arbitrariedades do sistema penal — seja garantindo a alimentação de suas filhas, seja transmitindo informações sobre as burocracias carcerárias a novos visitantes — demonstra que essas relações ultrapassam o campo do afeto e assumem um papel político ao realizarem o enfrentamento à sociedade genocida (Costa; Felipe, 2023).

O quilombo contemporâneo, que se estrutura nos dias de visita, reafirma o pertencimento negro construído coletivamente, mesmo nos espaços mais adversos. As práticas de solidariedade entre os visitantes, a preocupação em dividir os alimentos com àquelas que não têm família presente, as trocas de experiências sobre como lidar com os mecanismos do sistema prisional evidenciam que essas famílias não apenas sobrevivem ao encarceramento de suas mulheres, mas também produzem alternativas à lógica do abandono. Como argumenta Abdias Nascimento (2002), o quilombismo persiste como uma estratégia de luta negra, reinventando-se diante das novas formas de opressão.

Portanto, ao nomear essa organização de quilombo carcerário, proponho uma leitura de ênfase à coletividade. Esse espaço na porta da penitenciária torna-se uma extensão dos quilombos históricos, onde o sentido de comunidade é resgatado como resposta às violências do Estado. Ele nos permite compreender que, apesar da brutalidade do sistema prisional, há uma força social que não se desfaz: a dos laços familiares negros que insistem em existir, nutrindo-se de afeto e luta.

O funcionamento das barracas de guarda-volumes e o que é falado sob suas lonas reconhecem e reimaginam a família negra em um contexto inóspito tal qual o sistema prisional. Essa realidade favorece a reflexão sobre a socialização de famílias negras, ajudando a compreender as possíveis consequências desse processo na formação da identidade e no desenvolvimento emocional e pessoal de indivíduos negros (Ozório; Pessôa, 2023).

Busco, nesta breve reflexão, superar a narrativa da ausência de visita para mulheres presas. Aqueles familiares que vão visitá-las contribuem tanto para alimentá-las com comidas cheias de sabores trazidos de casa quanto para alimentar sonhos de liberdade e de futuro. Apesar do abandono estatal, essas mulheres continuam vivas nas memórias e nos afetos de suas mães, avós, pais, filhos, companheiros e companheiras. Talvez a presença constante e amorosa dos familiares possa, de fato, ser uma ferramenta potente para transformar essa realidade.

Como bem diz bell hooks (2010, p. 12):

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura.

Que sejam amadas essas mulheres e que os dias de visita continuem a ser meios de subversão, como afirma Lélia Gonzalez (2020), de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, que apenas propaga números de visitas insignificantes a mulheres encarceradas, mas que ainda não as reconhece como estratégias políticas de futuridades negras.

## Referências

BIAZETO, Ana Luiza de Freitas. **Dias de Visita/Visiting Days: Strategies for Connections, Affections and Black Encounters in Latin America's Largest Women's Penitentiary**. Austin (TX): Benson Latin American Collection, LLILAS Benson Latin American Studies and Collections, The University of Texas at Austin, 2023. Disponível em: [https://www.txarchives.org/utlac/finding\\_aids/00584.xml](https://www.txarchives.org/utlac/finding_aids/00584.xml).

CARNEIRO, Beatriz. Brasil ultrapassa Rússia e se torna país com 3º maior número de mulheres presas. **CNN Brasil**, 25 out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2023.

COSTA, Amarílis; FELIPPE, Carmen Lucia Lourenço (ORGS.). **Letalidade policial e seletividade penal**: reflexões produzidas por corpos matáveis. São Paulo, SP: Ed. dos Autores, 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João H. Costa. **Motim**: horizontes do genocídio antinegro na diáspora. [S.l.]: Brado negro, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. [S.l.]: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, bell. **Vivendo de Amor**. Portal Geledés, 9 mar. 2010.

**Informe MIR**. Monitoramento e avaliação - Edição Mulheres Negras. Brasília - DF: Ministério da Igualdade Racial, set. 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnnigpcgjlcllefindmkaj/https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliacaon2EdioMulheresNegras.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025

Jumbo: lista de alimentos e produtos permitidos para remessa ou entrega na unidade. **Secretaria da Administração Penitenciária**, [S.d.].

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. [S.l.]: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. [S.l.]: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

RIBEIRO, Thamires da Silva. **Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado**: Estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-RJ, 2023.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAP-SP). **Unidades Prisionais/ Centros de Detenção Provisória**. [S.l.: S.n.]. Disponível em: <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/unidades-prisionais-categorias.html#a>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SENAPPEN - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional**. [S.l.]: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 06/2024 2024. Disponível em: <https://sisdepen.mj.gov.br>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SMITH, Christen A.; LEU, Lorraine. **Black Feminist Constellations**: Dialogue and Translation Across the Americas. Austin: University of Texas Press, 2023.

VARGAS, João H. Costa. Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil. **Identities**, v. 11, n. 4, p. 443–470, 1 out. 2004.